



BOLETIM INFORMATIVO – SETEMBRO 2018

Edição nº. 11 - Ano 24 - CRC/RS 3.112

ITR/2018

Está obrigado a apresentar a DITR referente ao exercício de 2018, aquele que seja, em relação ao imóvel rural a ser declarado, exceto o imune ou isento:

- A PF ou PJ proprietária, titular do domínio útil ou possuidora a qualquer título, inclusive a usufrutuária;
- Um dos condôminos, quando o imóvel rural pertencer simultaneamente a mais de um contribuinte, em decorrência de contrato ou decisão judicial ou em função de doação recebida em comum.

A pessoa física ou jurídica que, entre 1º de janeiro de 2018 e a data da efetiva apresentação da declaração, perdeu:

- A posse do imóvel rural, pela imissão prévia do expropriante, em processo de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, inclusive para fins de reforma agrária;
- O direito de propriedade pela transferência ou incorporação do imóvel rural ao patrimônio do expropriante, em decorrência de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, inclusive para fins de reforma agrária;
- A posse ou a propriedade do imóvel rural, em função de alienação ao Poder Público, inclusive às suas autarquias e fundações, ou às instituições de educação e de assistência social imunes do imposto;
- A pessoa jurídica que recebeu o imóvel rural nas hipóteses previstas no segundo item, desde que essas hipóteses tenham ocorrido entre 1º de janeiro e 28 de setembro de 2018; e
- Nos casos em que o imóvel rural pertencer a espólio, o inventariante enquanto não ultimada a partilha, ou, se esse não tiver sido nomeado, o cônjuge meeiro, o companheiro ou o sucessor a qualquer título.
- Também está incluído, nos casos de obrigatoriedade, o imóvel rural imune ou isento para os quais houve alteração nos dados constantes no Cadastro de Imóveis Rurais (CAFIR), que ainda não tenham sido comunicados à Receita Federal.

A DITR DEVE SER APRESENTADA NO PERÍODO DE 13 DE AGOSTO A 28 DE SETEMBRO DE 2018

Multa Por Atraso Na Entrega

- 1% (um por cento) ao mês-calendário ou fração de atraso, calculada sobre o total do imposto devido, não podendo seu valor ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), no caso de imóvel rural sujeito à apuração do imposto;
- R\$ 50,00 (cinquenta reais), no caso de imóvel rural imune ou isento do ITR.

Pagamento do Imposto

O valor do imposto pode ser pago em até 4 (quatro) quotas iguais, mensais e consecutivas, observado o seguinte:

- Nenhuma quota deve ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais);
- O imposto de valor inferior a R\$ 100,00 (cem reais) deve ser pago em quota única;
- A 1ª (primeira) quota ou quota única deve ser paga até 27/09/2018;
- As demais quotas devem ser pagas até o último dia útil de cada mês, acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic);
- Em nenhuma hipótese o valor do imposto devido será inferior a R\$ 10,00 (dez reais).

BRASIL FINALMENTE É INSERIDO NO ROL DE PAÍSES COM MARCO LEGAL EM PROTEÇÃO DE DADOS

No dia 14/08/2018 o presidente Michel Temer sancionou a lei geral de proteção de dados (LGPD), que dispõe sobre a proteção de dados pessoais no Brasil. A lei recebeu o 13.709/18.

A lei aprovada é inspirada no sistema europeu e insere o Brasil, com certo atraso, no rol dos países mundiais que possuem marco legal na área de proteção de dados. Na Europa, desde o convênio 108, datado de 28 de janeiro de 1981, existe texto específico para a proteção dos cidadãos quanto ao tratamento automatizado de dados de caráter pessoal. Foi este convênio que serviu de base para a Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho de 1995, a qual, por sua vez, foi substituída, em 2016, pelo Regulamento Europeu 679, cujo texto entrou em vigor em 25 de maio de 2018.

A história se repete. Na América Latina, fomos o último país a adotar um Código Civil (o primeiro foi o Chile, em 1855). Incrivelmente, até 1916 eram as ordenações reais portuguesas que regulamentavam os atos civis dos brasileiros por aqui, não obstante já se distanciasse em muitos anos a data de nossa independência. Novamente estamos no final da fila. Somos um dos últimos países no cone sul da América a incorporar sistema legal de Proteção de Dados, e são os chilenos, outra vez, a começar (1999), seguidos pelos argentinos (2000) e vários outros na sequência (Uruguai, México, Peru, Costa Rica, Nicarágua, Colômbia, República Dominicana).

É inevitável que o direito caminhe a reboque da tecnologia, mas, no Brasil, a demora para aprovação de um sistema de proteção de dados pessoais já tinha esgotado o mais paciente dos virtuosos. Além disso, a aprovação da lei consiste em condição para o Brasil ingressar na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

A frase de efeito "dado é o novo petróleo", atribuída ao matemático inglês Clive Humby (Data is the new oil, 2013), denota a importância do assunto. Dados pessoais nunca tiveram tanto valor. Não à toa cerca de 70% do PIB dos países do G7 depende de mercadorias intangíveis relacionadas à informação. Dados Pessoais permitem desenvolver psicométrica para perfilamento de indivíduos, em aspectos que geram extremo valor, como hábitos de consumo e preferências políticas.

O Brasil, até agora, possuía previsão para proteção de dados em leis esparsas – a exemplo de breves disposições no Código Civil e Código de Defesa do Consumidor, dentre poucos outros textos legais - que não eram suficientes para a realidade do mercado de dados atual. É certo que a economia do big data, impulsionada pela internet das coisas, das cidades inteligentes e da inteligência artificial, não poderia resistir ao vácuo das regras jurídicas do jogo. A cultura atual dos algoritmos exige uma posição do Estado para regulamentar o assunto, sob pena de comprometer direitos fundamentais dos cidadãos (liberdade, privacidade, livre desenvolvimento da personalidade). E não apenas isso. A existência de lei específica traz mais segurança jurídica, o que acaba por fomentar a economia e atrair investidores ao país, uma vez que, agora, as regras são mais claras em relação ao tratamento de dados pessoais.

A lei sancionada empodera o cidadão brasileiro ao fundamentar as regras do tratamento de dados na autodeterminação informativa (inteligência jurídica criada na Alemanha, na década de 1970): o titular de dados terá maior controle sobre o processamento de seus dados pessoais. Além disso, o titular de dados passa a ter a garantia legal que suas informações serão utilizadas apenas para as finalidades específicas para as quais foram coletadas, devendo ser eliminadas após o propósito que gerou sua coleta e armazenamento. Ainda, o direito de portabilidade de dados é uma novidade conferida pela lei ao brasileiro.

Com previsão de multas de até 50 milhões de reais por infração, a lei prevê diversas obrigações ao controlador - figura criada pela nova norma, responsável pelas decisões referentes ao tratamento de dados, e por avaliar e fundamentar o ciclo de vida completo do tratamento de dados pessoais, por meio da elaboração de relatório de impacto contendo a descrição dos processos de tratamento que possam gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas para mitigação dos riscos relacionados. Além disso, a lei somará mais um officer às empresas: o DPO (Data Protection Officer), a ser indicado pelo controlador.

Com ou sem atraso, fato é que os departamentos jurídicos das empresas brasileiras já começaram a se movimentar. Apesar do veto de Temer quanto à previsão legal para criação de um órgão fiscalizador (aguarda-se a criação de uma autoridade nacional de proteção de dados por medida provisória ou por projeto de lei), o prazo para se adaptar às determinações legais é de 18 meses a contar de 15 de agosto, quando foi publicada no Diário Oficial da União. Fonte: Migalhas

5 TENDÊNCIAS MERCADOLÓGICAS PARA AS EMPRESAS CONTÁBEIS

A área contábil tem um papel fundamental para a gestão e saúde financeira de qualquer empresa. Em meio a uma concorrência cada vez maior e a tantas mudanças na profissão contábil, muitos escritórios estão adotando novas tendências mercadológicas com o objetivo de adequar seus negócios a uma nova necessidade de mercado e tornar os processos do dia a dia mais simplificados e tecnológicos.

A tecnologia representa uma oportunidade para as empresas contábeis. Uma facilitadora, mas também pode ser um problema para contadores que não se adaptam à nova realidade e que não invistam nela.

Levando em conta tantas mudanças e com o foco no que especialistas afirmam como futuro para o mercado contábil, elencamos 5 tendências mercadológicas importantes.

1) Automação de processos

É uma tendência sem volta e necessária. Em meio a tantas obrigações acessórias e prazos, profissionais da contabilidade precisam ter tempo para seus clientes e para atuarem como consultores, com orientações de negócio que vão além de tributos e taxas. Ajuda a reduzir o ônus da contabilidade manual, diminuindo a burocracia e permitindo que os contadores usem seu tempo para lidar com questões mais estratégicas.

2) Sistemas integrados

O uso de sistemas integrados simplifica a entrada e saída de informações, além da emissão de relatórios financeiros. Outra vantagem é não precisar manter procedimentos contábeis separados para preparar relatórios financeiros, de gerenciamento e de fluxo de caixa. Cada vez mais empresas estão atentas para as complexidades no mundo dos negócios e o uso de sistemas eficientes ajudam a maximizar seu desempenho profissional.

3) Migração das obrigações assessorias para o meio digital

Com o Decreto Nº 8.373/2014 foi instituído o eSocial, sistema digital para a transmissão das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas ao governo.

Todas as obrigações acessórias que antes eram feitas em papel, no meio físico, migraram para o meio digital. A mudança também vai significar a diminuição de burocracia, maior transparência em relação às informações prestadas e tornar a transmissão de dados mais seguras.

4) Segmentação

Uma estratégia que pode ajudar o escritório contábil a sentir menos os impactos negativos em um cenário competitivo é a segmentação de mercado, algo visto como inevitável para alguns especialistas. É possível o escritório estabelecer um nicho de atuação no qual ele seja imbatível e demonstre expertise. Além disso, a segmentação permite o benefício de entender mais profundamente o negócio do cliente atuando como um consultor.

5) Necessidade de alinhamento com a estratégia de compliance da empresa

Com a política anticorrupção, as empresas precisam ser capazes de fornecer, se necessário, informações precisas sobre suas contas às autoridades reguladoras. E, para garantir a conformidade de seus clientes, é necessário que os contabilistas atuem de forma alinhada com os mesmos. Contadores podem e devem fornecer consultoria para ajudar a implantar uma estratégia de compliance nas empresas de seus clientes. E mais, podem fazer isso orientando-os a utilizar essa ferramenta da maneira correta e trabalhar de forma alinhada com eles.

Seja resoluto, não tenha medo de sacrifícios e derrube todas as dificuldades para a vitória.

Mao Tse-Tung



Agenda das Principais Obrigações Setembro/2018



DIAS	COMPROMISSOS
03/09	Envio das notas fiscais, documentos de caixa e recibos de autônomos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa para encerramento do mês de agosto 2018
06/09	SALÁRIOS - AGOSTO GPS - DOMÉSTICAS GFIP - AGOSTO
10/09	ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (Demais produtos) - AGOSTO
11/09	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 01 a 10/09/2018
12/09	ICMS - COMÉRCIO - AGOSTO ICMS - INDÚSTRIA - AGOSTO ICMS - ÚLTIMOS SETORES INCLUÍDOS NA SUBST. TRIBUTÁRIA - JULHO
17/09	GPS - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL ISSQN - AGOSTO
19/09	GPS - AGOSTO IRF - AGOSTO
20/09	IMPOSTO SIMPLES NACIONAL - AGOSTO
21/09	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 11 a 20/09/2018
21/09	ICMS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - JULHO ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA - SIMPLES NACIONAL - JULHO
25/09	IPI - INDÚSTRIA - MODALIDADE GERAL - AGOSTO COFINS - AGOSTO PIS - AGOSTO
26/09	Envio dos dados para encerramento da folha de pagamento: registro de empregados, alterações de salário, faltas e descontos, recibos de autônomos e notas fiscais cooperativas, referente setembro 2018
28/09	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - AGOSTO - ESTIMATIVA IRPJ - AGOSTO - ESTIMATIVA
01/10	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 21 a 30/09/2018



Curta nossa página no Facebook:

VISAO CONTABILIDADE VILLAGIO IGUATEMI 54 3026 4646

Visão Contabilidade - Competência e Credibilidade